



GT 14. Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

Coordenador(es):

José Colaço Dias Neto (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Francisca de Souza Miller (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, Comunidades e Conflitos

Debatedor/a: Luceni Hellebrandt (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Conflitos, Processos e Resistências

Debatedor/a: Edna Ferreira Alencar (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activities – tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral – foram ou são habitantes de regiões costeiras e historicamente têm sido impactados por diversos fenômenos. A expansão metropolitana, os desastres ambientais de grandes proporções, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em áreas de interesse ecológico, são alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Este Grupo de Trabalho pretende reunir pesquisas empíricas em andamento e tem como um de seus objetivos o cruzamento de diversos olhares sobre estes fenômenos, em especial àqueles de caráter etnográfico, que evidenciem conflitos e tensões entre as populações “tradicionais” e os vários modelos de uso e ocupação destes territórios costeiros e ribeirinhos. Reflexões sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organização política destas populações, suas estruturas econômicas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais – sobretudo agências estatais, organizações não governamentais e empresas – são alguns dos aspectos que serão discutidos nesta activity.

A Retomada dos Guaiamuns: pescadores e pescadoras artesanais no Recôncavo da Bahia diante do Plano de Gestão Local do Guaiamum

Autoria: Rafael Palermo Buti (UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)

A Portaria Interministerial 38, de 26 de julho de 2018, foi editada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) dispendo sobre o Plano de Gestão Local da espécie cardisoma guanhumi, crustáceo que vive nas áreas de transição entre o manguezal e a floresta popularmente conhecida como guaiamum, gaiamum, goiamum ou caranguejo-azul. A razão de ser desta normativa se deve a inclusão deste crustáceo, junto a outras espécies de peixes, na lista das espécies ameaçadas de extinção, conforme Portaria do mesmo MMA editada no ano de 2014 (Portaria n.445/2014). Segundo a Portaria 38, a partir de novembro de 2019 a pesca do guaiamum estaria proibida em lugares que não apresentassem Planos de Gestão Local, sob o efeito de criminalização da prática. Pretendo, nesse comunicação, apresentar aspectos dos engajamentos dos pescadores e pescadoras artesanais dos municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde (Recôncavo do Bahia) diante das exigências legais envolvendo a temática do guaiamum e sua iminente extinção. A intenção é mostrar que o projeto de preservação da espécie passa, não pela proibição de sua captura por parte do gaiamunzeiro (nome dado a quem pratica a pesca), mas pela recuperação das áreas tanto desmatadas pela monocultura e pecuária das grandes fazendas quanto devastadas pelas infraestruturas industriais. A intenção é mostrar que o projeto de retomada dos guaiamuns engajado por pescadores e pescadoras artesanais no Recôncavo da Bahia se dá como crítica às injustiças raciais, fundiárias e ambientais que conformam os territórios



pesqueiros do contexto. O propósito é enfatizar que as políticas de gestão e preservação da espécie guaiamum devem estar orientadas e embasadas pelas perspectivas, saberes e cuidados daqueles que os capturam, e não o contrário.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: